



Crianças palestinas coletam água em poço em meio a bloqueio e invasão promovidos por Israel na Faixa de Gaza. (Arquivo da Reuters)

## Países árabes buscam plano para criar Estado palestino

Iniciativa foi discutida com EUA e Europa e inclui acordo entre Tel Aviv e Riad

GUERRA ISRAEL-HAMAS

Andrew England

FINANCIAL TIMES Países árabes vem articulando um cessar-fogo na guerra que se desenrola na Faixa de Gaza e libertação de reféns israelenses pelo Hamas. A iniciativa seria parte de um plano mais amplo, que ofereceria a Israel a possibilidade de normalizar relações com as nações envolvidas caso ele concordasse com a criação de um Estado da Palestina.

Segundo um funcionário com conhecimento das tratativas, a ideia é apresentar o plano a Tel Aviv em algumas semanas, numa tentativa de evitar uma regionalização ainda maior do conflito. Autoridades árabes já teriam discutido o plano com os Estados Unidos e com nações da Europa. A iniciativa pode incluir a normalização dos laços entre Israel e Arábia Saudita — algo há muito desejado por Tel Aviv —, além do compromisso, por parte de nações ocidentais, de reconhecer formalmente o Estado palestino após seu estabelecimento, o apogeu do ingresso dele na ONU. Para o funcionário ouvido pela reportagem, isso permitiria dar uma esperança real aos palestinos, coisa que o envio de ajuda financeira ou a

remoção de símbolos da ocupação israelense não faria. O plano surge em um momento em que Israel enfrenta crescente pressão internacional para encerrar sua ofensiva em Gaza — os EUA, um de seus principais aliados, têm intensificado seus esforços diplomáticos para evitar um alargamento do conflito pelo Oriente Médio e encontrar uma solução de longo prazo para a questão israelo-palestina.

Na quarta-feira (17), o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, descreveu a guerra em Gaza como “dilecerante” e destacou a necessidade de um Estado palestino. O ministro das Relações Exteriores da Arábia Saudita, o príncipe Faisal bin Farhan, foi questionado na terça (16) se Riad reconheceria Israel como parte de um acordo político mais amplo. Sua resposta foi “certamente”.

“Concordamos que o estabelecimento de paz na região inclui paz em Israel, mas isso só poderia acontecer por meio [da criação] de um Estado palestino”, disse ele em um painel no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. Horas depois, no mesmo evento, o conselheiro de se-

gurança nacional dos EUA, Jake Sullivan, afirmou que Washington continua tentando articular um acordo que leve à normalização das relações entre Arábia Saudita e Israel como parte de seus planos para o pós-guerra. “Nossa abordagem segue buscando avançar em direção a uma maior integração e estabilidade na região”, disse o americano.

Há, porém, empecilhos a um eventual acordo com Israel. Após o ataque do Hamas em 7 de outubro, autoridades israelenses alertaram que a guerra em Gaza duraria meses, e o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu descartou trabalhar com a Autoridade Nacional Palestina, reconhecida pela comunidade internacional, além de rejeitar a chamada solução de dois Estados.

O ministro da Defesa israelense, Yoav Gallant, disse que a criação de dois Estados, que inclui colonos religiosos que pedem abertamente a anexação da Cisjordânia, a Arábia Saudita estava a ponto de estabelecer relações diplomáticas com Israel antes do ataque do Hamas. As contrapartidas do acordo seriam um pacto de segurança entre Riad e os americanos — aliados tanto dos sauditas quanto dos israelenses — e o incentivo ao desenvolvimento das ambições nucleares do reino.

Netanyahu reitera oposição à solução de dois Estados

Pressionado por nações árabes e pelos Estados Unidos, aliado de longa data de Israel, o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu afirmou nesta quinta-feira (18) que seu governo se opõe à criação de um Estado palestino a qualquer que seja o cenário pós-guerra. A jornalistas,

Blinken, como é conhecido o primeiro-ministro, também afirmou ter transmitido esse posicionamento — no mais, já conhecido — ao governo do presidente dos EUA, Joe Biden, segundo a agência Associated Press. Washington vem alegando que o estabelecimento de um Estado da Palestina deveria fazer parte do “plano seguinte” ao pós-guerra. “Em qualquer cenário futuro, Israel precisa ter controle de segurança sobre todo o território a oeste do [rio] Jordão”, disse Netanyahu. “A criação de um Estado palestino” se choca com nossa ideia de soberania, e um prêmio precisa ser capaz de dizer não [mesmo] a amigos”, afirmou.

Autoridades envolvidas nas negociações do acordo ora suspenso também pretendem incluir cláusulas relacionadas à Palestina nele, como o congelamento da expansão de assentamentos israelenses na Cisjordânia e o estabelecimento de uma rota para a criação de um Estado palestino. Antes da eclosão da guerra, a ideia era que Blinken visitasse Riad em meados de outubro para discutir o tratado. Mas o ataque do Hamas e a retaliação de Israel em Gaza pausaram as negociações.

A Arábia Saudita vem deixando claro que, apesar dessa interrupção, o reino não descartaria uma aproximação com Israel. Também tem sido evidente que a monarquia teria que prever em um eventual acordo de normalização mais concessões para os palestinos, incluindo em Gaza, com medidas mais concretas em direção à solução de dois Estados.

Uma pessoa com conhecimento dessa situação afirmou que, no esboço do texto, já havia uma proposta de reformulação da Autoridade Palestina, órgão instituído para governar o território temporariamente mergulhado há anos numa crise de legitimidade. Agora, disse essa pessoa, esse elemento precisaria ser fortalecido para que o acordo seja politicamente viável. Desde os atentados do Hamas, o presidente dos EUA, Joe Biden, afirmou repetidas vezes que só a solução de dois Estados é capaz de fornecer, em última instância, a segurança que Israel tanto almeja. Na quarta-feira, Blinken declarou que cabe a Israel “aproveitar a oportunidade que acreditamos que existam” no momento.

## Exército pode ter mandado matar civis israelenses no 7/10, diz jornal

SÃO PAULO As suspeitas de que o Exército de Israel usou um controverso procedimento militar que pode ter provocado a morte de civis durante os ataques terroristas do Hamas ganharam novo ímpeto recentemente.

O motivo é uma investigação do jornal israelense Yedioth Ahronoth publicada na última sexta-feira (12). Segundo a reportagem, as forças do país podem ter aplicado o chamado “protocolo Hannibal” — banido em 2016 — em situações que envolviam cidadãos que não integravam o Exército no mês de outubro. A diretiva busca evitar a captura de soldados israelenses por tropas inimigas a qualquer custo, mesmo que isso possa prejudicar as próprias forças de Tel Aviv. A depender da interpretação, isso significaria inclusive a morte de militares sequestrados.

Além de mencionar falhas no sistema de comando de Israel e falta de comunicação generalizada em meio aos ataques, o Yedioth Ahronoth diz na reportagem, com base em depoimentos colhidos, que o Exército ordenou que o retorno de terroristas à Faixa de Gaza fosse “impedido a qualquer custo”.

Isso pode ter sido interpretado como uma carta branca para abrir fogo contra veículos rumo ao território palestino, mesmo diante da possibilidade de que os carros levassem civis.

O jornal afirma que o comando foi enviado a todas as unidades militares. Segundo ele, ainda que o nome “Hannibal” não tenha sido mencionado, a diretiva pôde em dúvida se garantias do Exército de que o protocolo foi de fato extinto não são atadas.

O Yedioth Ahronoth cita um caso que aconteceu entre os assentamentos de Ofat, no sul de Israel, e a Faixa de Gaza. Naquela noite, cerca de 70 veículos foram alvejados por tropas israelenses em 7 de outubro, em um ataque provavelmente realizado por um helicóptero. A ofensiva teria matado cerca de mil combatentes palestinos, mas não se sabe quantos reféns também morreram em consequência da operação, diz a reportagem.

Questionado pelo jornal, o Exército de Israel ressaltou que o momento atual é de guerra. “As Forças de Defesa de Israel conduziram uma investigação detalhada e aprofundada sobre o assunto para esclarecer os detalhes quando a situação operacional permitir e publicará suas descobertas ao público”, respondeu.

Criada em 1986 após o sequestro de dois soldados israelenses pelo Hezbollah, o “protocolo Hannibal” foi mantido em sigilo por anos pela censura militar do país. O Exército de Israel alega que o nome do procedimento foi gerado aleatoriamente por um computador. Reportagem da revista americana The New Yorker indica, porém, que é possível que o nome tenha sido escolhido por um oficial das Forças de Defesa de Israel, o general Gadi Eilat.

Em dezembro, Israel admitiu ter matado por engano três reféns do país sob o poder do grupo terrorista. Eles estavam segurando uma bandeira branca quando foram atingidos.

## Otan terá 90 mil soldados no maior exercício militar contra a Rússia desde a Guerra Fria

Igor Ciclov

SÃO PAULO A Otan anunciou nesta quinta (18) que vai mobilizar 90 mil militares para o seu maior exercício militar desde 1988, nos estereótipos da Guerra Fria. A aliança militar de 30 membros, liderada pelos Estados Unidos, simulará respostas a um ataque da Rússia. A ação vem em meio a um momento em que Moscou parece ter a mão mais forte na Guerra da Ucrânia, na qual o primeiro-ministro Vladimir Putin há quase dois anos. Kiev entrou no que chama de estado de defesa após o fracasso de sua contraofensiva, que visava isolar a Crimeia anexada dos territórios ocupados pelos russos.

O Steadfast Defender 24 (defensor firme, em inglês) ocorrerá a partir da semana que vem e se estenderá até fevereiro em diversos países da aliança, com um foco específico nos novos estereótipos de guerra, liderada pelos Estados Unidos, simulará respostas a um ataque da Rússia. A ação vem em meio a um momento em que Moscou parece ter a mão mais forte na Guerra da Ucrânia, na qual o primeiro-ministro Vladimir Putin há quase dois anos. Kiev entrou no que chama de estado de defesa após o fracasso de sua contraofensiva, que visava isolar a Crimeia anexada dos territórios ocupados pelos russos.

A Alemanha, centro logístico da reação a uma invasão, também terá grande movimentação. Segundo o chefe militar da Otan, o general espanhol Christopher Cavoli, mais de 50 navios, incluindo um grupo de porta-aviões, 100 caças, helicópteros, drones e 1.000 blindados, 130 deles tanques, principais e combate, participarão das simulações.

Nelas, diversos cenários de ações hostis, como o eventual corte do pequeno trecho da fronteira Lituânia-Polónia que separa a aliada de Moscou Belarus da região russa de Kaliningrado, serão testados. É a primeira vez que isso acontece de forma tão ampla desde a Guerra Fria.

Em termos numéricos, é a maior expressão desde o Reforço, que somou 12 mil soldados em 1988. Em todo o período de existência da aliança, fundada em 1949, a simulação que reuniu mais militares ocorreu em 1986 no treino Livebear, liderado pelo Reino Unido, mobilizou 140 mil pessoas. No período pós-Guerra Fria, tais exercícios caíram de qua-

se cem por ano para talvez a metade. Tudo mudou a partir da anexação da Crimeia, em 2014, e no ano passado, a aliança promoveu mais de 90 treinamentos diversos. Em 2018, houve a maior simulação deste período, com 50 mil militares na Noruega. Mas a flexão de músculos bélicos da aliança agora tem a ver com sinalização. A Ucrânia está em um momento difícil da invasão, com novas mensagens de ajuda militar e dinheiro bilionários da Europa quanto nos Estados Unidos. No segundo caso, o que guia a decisão é o calendário eleitoral americano: a oposição do Partido Republicano trabalha contra a extensão do apoio a Kiev.

Entrar na Otan significa estar protegido pelo artigo cinco da Carta Atlântica da entidade, que prevê a defesa mútua em caso de um ataque externo. Todos por um, diz o texto, e três dos países do clube são potências nucleares como a Rússia, EUA, França e Reino Unido. A sugestão de Kiev de pedir para ser aceita pelos aliados foi um dos motivos para que Putin lançasse sua guerra. Mas a flexão de músculos bélicos da aliança agora tem a ver com sinalização. A Ucrânia está em um momento difícil da invasão, com novas mensagens de ajuda militar e dinheiro bilionários da Europa quanto nos Estados Unidos. No segundo caso, o que guia a decisão é o calendário eleitoral americano: a oposição do Partido Republicano trabalha contra a extensão do apoio a Kiev.